# CONSELHO FISCAL DE PREVIDÊNCIA

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DE PREVIDÊNCIA

Aos 26 dias do mês de setembro de 2017, às 14h00min na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim – IPREMB, situado à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasiléia – Betim reuniram-se os membros do Conselho Fiscal de Previdência – CF, nomeados conforme o Decreto nº. 40849 de 31 de julho de 2017, dentre os quais: 1) Manoel Lopes Gonçalves – titular representante dos servidores inativos e pensionistas e Presidente do CF; 2) Greiciane Maria de Oliveira – suplente representante do Poder Executivo; 3) Elias de Oliveira Junior – titular representante do Poder Executivo; 4) Vanilda Correa de Souza Santiago – suplente representante do Poder Legislativo; 5) Maria da Conceição Silva Pimenta – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE) e 6) Andrea Deborah da Costa – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE) e sua suplente Andrea Costa Pereira Santos. Pelo IPREMB o senhor Renato Diniz Lanza – Presidente; a senhora Camila Francisca Nolasco – Chefe da Divisão de Contabilidade; a senhora Isabela Lara Ferreira – Chefe da Unidade de Auditoria e Controle Interno; o senhor Rômulo Ernane Batista Silva – Chefe da Divisão de Investimentos; a senhora Helenice Quaresma Silva – servidora da Unidade de Auditoria e Controle Interno e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues que foi designada pelo Presidente para secretariar o Ato. Pauta: 1) Balancete; 2) Carteira de Investimentos e 3) Relatório de Gestão. O presidente do CF Manoel inicia a reunião solicitando a leitura da ata da reunião anterior. Com a leitura em curso, quando faltava aproximadamente metade do documento a ser lido, o Presidente do CF Manoel interrompe a mesma devido a sua grande extensão, com a justificativa de não possuir pontos de deliberação. Em seguida passa a palavra para os representantes do Instituto. O Presidente do Ipremb Renato comunica que a reunião está sendo gravada em imagem e áudio. O primeiro ponto de discussão é o Balancete referente ao mês de agosto/2017. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila esclarece que o balancete contempla os números referentes a receita, despesas e demonstrativos das contas bancárias. Lembra que através do site do Instituto, no Portal da Transparência, é possível acompanhar os números. A receita do mês de agosto de 2017 foi de aproximadamente R$24.402.000,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e dois mil

reais), destaca as contribuições do servidor, aproximadamente R$3.340.000,000 (três milhões. trezentos e quarenta mil reais); as contribuições dos servidores inativos e pensionistas; as receitas patrimoniais, aproximadamente R$14.583.000,00 (quatorze milhões e quinhentos e oitenta e três mil reais) e repasse do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social – através da compensação previdenciária – COMPREV, aproximadamente R$204.000,00 (duzentos e quatro mil reais) Informa que as contribuições patronais e os parcelamentos estão em dia e juntos somam aproximadamente R$6.000.000,00 (seis milhões de reais). O montante de receita acumulado no ano gira em torno de R$ 152.751.000,00 (cento e cinquenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e um mil reais). Quanto às despesas do mês de agosto de 2017 o valor liquidado e pago foi de aproximadamente R$9.871.000,00 (nove milhões, oitocentos e setenta e um mil reais) gerando um superávit de aproximadamente R$14.531.000,00 (quatorze milhões, quinhentos e trinta e um mil reais) no referido mês. O acumulado das despesas ao longo do ano gira em torno de aproximadamente R$77.573.000,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e setenta e três mil reais). O Presidente do CF Manoel pede os números gastos apenas com a folha de pagamento no referido mês. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila informa que o valor foi de aproximadamente R$6.755.000,00 (seis milhões, setecentos e cinquenta e cinco reais) referente aos aposentados e pensionistas do Ipremb. Há também despesas com o pagamento das aposentadorias e pensões anteriores a 2005, de aproximadamente R$2.683.000,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e três mil reais), que ficam a encargo da PMB, mas entram na contabilidade do Instituto. O relatório bancário traz os valores da conta aplicação que iniciou agosto de 2017 com aproximadamente R$1.039.000.000,00 (hum bilhão e trinta e nove milhões de reais) e fechou em aproximadamente R$1.055.000.000,00 (hum bilhão e cinquenta e cinco milhões de reais). A conta movimento fechou o mês de agosto de 2017 com saldo positivo de aproximadamente R$11.000,00 (onze mil reais). O Presidente do Ipremb diz que de janeiro a agosto de 2017 o patrimônio líquido do Instituto cresceu aproximadamente R$87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais). O Presidente do CF Manoel ressalta que neste valor estão incluídos os valores de receita. A conselheira Vanilda pergunta sobre a otimização em relação ao ano anterior. O Presidente do Ipremb Renato responde que apresentará os números na discussão do terceiro item da pauta. O Presidente do CF Manoel comenta que a tendência é de elevação da receita. O Presidente do Ipremb Renato contesta e acrescenta que para gerar aumento de receita é necessário concurso público. Com o aumento do número de aposentados o número de servidores ativos cai. Quanto

menor o número de contribuintes, menor a arrecadação. O Presidente do CF rebate que o crescimento da folha é vegetativo, pois há aumento de salários, aumentando-se assim a receita. O Presidente do Ipremb Renato diz que o valor é irrisório, pois a despesa do Ipremb também aumenta. Há reajustes anuais garantidos por lei para os servidores que acompanham os índices de reajustes do INSS. Passa-se a palavra para o Chefe da Divisão de Investimentos e Presidente do Cominv, Rômulo, que se apresenta e coloca-se a disposição para esclarecimentos sobre os fundos de investimentos. Informa que a apresentação da carteira se dará de forma dinâmica. A carteira de investimentos é referente ao mês de julho de 2017 e reforça que está um mês atrasado em relação ao relatório contábil, devido à morosidade de apreciar os documentos pertinentes aos investimentos. Comenta que a carteira fechou em 31 de julho de 2017 em aproximadamente R$1.039.000.000,00 (hum bilhão e trinta e nove milhões de reais) sendo aplicado em modalidades de renda fixa: 82,09% (oitenta e dois vírgula zero nove por cento) e renda variável: 17,91% (dezessete vírgula noventa e um por cento). Estes percentuais expressam um perfil conservador, pois o compromisso maior é buscar a solvência. A renda fixa é uma aplicação mais confortável, porém não garante a meta IPCA+6% (seis por cento) no atual cenário econômico. O conselheiro Elias pergunta qual a base que define onde alocar os recursos. O Presidente do Cominv Rômulo esclarece que se atenta para os macro e micro indicadores e analisam quais fundos visam bater a meta que é necessária para não gerar aumento da alíquota de contribuição. Podem-se aplicar em renda fixa percentual mínimo de 70% (setenta por cento) e máximo de 100% (cem por cento). Com intuito de ganhar prêmios mais atrativos, aloca-se em fundos de renda variável. É preciso também acompanhar o mercado, a taxa Selic, saber que a taxa de juros em queda aquece a economia, entre outros conhecimentos. As grandes empresas se mantêm de captação de capital através de financiamentos. A baixa taxa de juros é um estimulo para as grandes empresas investirem em seu crescimento. A taxa Selic é um indicador que é bem estudado na hora de fazer um investimento. O cenário atual é de diminuição da taxa Selic que favorece as alocações em fundos de renda variável. Observa-se no cenário atual rendimentos mensais em torno de 0,8% (zero vírgula oito por cento) em renda fixa e em torno de 6% (seis por cento) em renda variável. A conselheira Andrea Deborah diz que há balanço de rendimento entre renda fixa e renda variável, uma compensa a outra em casos de perda. O Presidente do Cominv Rômulo acrescenta que isto gera um equilíbrio. A conselheira Vanilda pergunta se as alterações na carteira são realizadas mensalmente. O conselheiro Elias pergunta se há prazos para a movimentação. O Presidente do Cominv Rômulo responde que em

momento de estabilidade econômica tenta-se trabalhar trimestralmente, é um parâmetro que não precisa ser seguido à risca. Em um cenário instável, como o atual, o trabalho é feito diariamente. O Comitê se reúne constantemente com economistas para estudar os investimentos. O conselheiro Elias pergunta qual o perfil dos membros do Comitê e quem define os percentuais de aplicações. O Presidente do Cominv Rômulo esclarece que todos os membros apresentam um perfil conservador e guarda afinidade com os propósitos do Instituto. Os limites de percentual permitidos na Resolução CMN n°. 3922/2010 para renda variável é de 30% (trinta por cento) e o Comitê optou por aplicar até no máximo 10% (dez por cento) abaixo deste percentual, ou seja, 27% (vinte e sete por cento). Em diversas reuniões com grandes parceiros de mercado são questionados o motivo de não elevar o percentual para alcançar mais rápido a meta e sempre explicam que da forma como é realizado hoje o Comitê está alcançando os valores estipulados e tem como precaução evitar perdas. O conselheiro Elias pergunta como é o perfil dos outros Institutos. O Presidente do Ipremb Renato responde que em relação aos outros institutos, o Ipremb é mais arrojado. Acrescenta que foi feito uma visita de governança ao município de Joinville que parabenizou a capacidade técnica do Ipremb. Completa que o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social – de Joinville foi o primeiro a utilizar a carteira administrada. O Presidente do Cominv Rômulo diz que quando comparado a outros institutos deve-se olhar a realidade de cada um deles, que possuem valores patrimoniais menores se comparados ao Ipremb. Exemplifica que há RPPS que possuem cerca de R$11.000.000,00 (onze milhões de reais) e destes 5% (cinco por cento) estão investidos em renda variável. Ressalta que os membros do Comitê de Investimentos são qualificados para fazerem a análise estrutural dos fundos. Voltando a apresentação da carteira, expõe uma tabela contendo as modalidades de aplicações e enquadramentos, limites de percentual permitidos na Resolução CMN n°. 3922/2010 e percentual aplicado pelo Instituto. Especifica cada fundo e destaca que a renda fixa é dividida em títulos públicos e títulos privados. Frisa que o Cominv segue todos os enquadramentos previstos na Resolução CMN n°. 3922/2010. Reforça que o percentual máximo de aplicação em renda fixa é de 100% (cem por cento) e em renda variável 30% (trinta por cento). Apresenta a tabela de valores de aplicações em cada modalidade. Em ações há aproximadamente R$76.321.000,00 (setenta e seis milhões, trezentos e vinte e um mil reais) aplicados em fundos de ações. Apresenta também o gráfico de rentabilidade mês a mês contemplando o período de janeiro a julho de 2017. Informa que em todos os meses a meta foi ultrapassada no consolidado. No consolidado até o mês de julho a meta esperada foi de 4,95% (quatro

vírgula noventa e cinco por cento) e a meta alcançada foi de 7,28% (sete vírgula vinte e oito por cento). O conselheiro Elias pergunta se caso o Ipremb fosse investir em imóveis, se a transação se encaixaria em renda fixa ou renda variável. O Presidente do Cominv Rômulo responde que é um investimento em renda variável, na modalidade fundos imobiliários. Neste tipo de investimento deve-se analisar também o gestor do fundo. O Presidente do Ipremb Renato acrescenta que se fossem investir na construção do aeroporto o máximo de capital aplicado seria 2%, pois em fundos de investimentos em participações a legislação permite alocar o limite de 5% (cinco por cento) e hoje já se encontra empregado 3,16% (três vírgula dezesseis por cento). A conselheira Vanilda comenta que no universo de 1 (um) bilhão de reais, 2% (dois por cento) seria um montante viável. Pergunta se poderia zerar o que atualmente está investido para aumentar a margem para os 5% (cinco por cento). O Presidente do Cominv Rômulo diz que os fundos estruturados não possuem liquidez imediata. Os produtos estruturados são os fundos de investimentos em participações e fundos de investimentos imobiliários e podem ser enquadrados também em fundos de investimentos em direitos creditórios – aberto e fundos de investimentos em direitos creditórios – fechado. A primeira analise é verificar se será um produto oferecido como fundo de participação ou fundo imobiliário. O Ipremb investe em fundos e não diretamente em ativos, com exceção dos títulos do tesouro nacional. O gestor do fundo delibera quanto ao perfil do mesmo. Antes de alocar recursos é necessário estudar as garantias, a expectativa de rentabilidade, o risco, a qualificação do gestor e só então decidir pelo aporte. Hoje o Instituto não conta com uma consultoria. A análise técnica é feita pelo Comitê. O conselheiro Elias pergunta se o Instituto pode comprar 100% (cem por cento) do fundo. O Presidente do Cominv Rômulo esclarece que a legislação permite investir no máximo 25% (vinte e cinco por cento) do total do fundo. Acima desse percentual é considerado desenquadramento ativo. Há também o desenquadramento passivo, quando o limite é ultrapassado devido ao rendimento do fundo. A conselheira Vanilda pergunta como proceder no caso de desenquadramento. O Presidente do Cominv Rômulo diz que o resgate é feito dentro do vencimento estipulado por cada fundo. O Instituto não é penalizado quando acontece de forma passa respeitando os prazos. Em relação à carteira administrada, o Comitê pretende, com a sua implantação, entrar em um ambiente que oferece melhores resultados, pois permite ao gestor movimentar os fundos de forma mais ágil e precisa. Mesmo com um índice de renda variável de 30% (trinta por cento), altamente rentável, este percentual não é suficiente para salvar a baixa rentabilidade da renda fixa, no atual cenário econômico. A previsão é que a inflação fique abaixo do piso, ou seja, abaixo

de 3 % (três por cento). Este valor concede prêmio liquidado abaixo da meta. Uma das alternativas para alavancar os resultados é seguir a estratégia adotada pelos fundos de pensões, no caso, a implantação da carteira administrada. Há 2 (dois) anos o município de Joinville, referência em RPPS, adotou este modelo e colhe bons resultados. Sua carteira gira em torno de 3 (três) bilhões de reais e 30% (trinta por cento) deste montante faz parte da carteira administrada que trabalha com os títulos públicos a fim de otimizar os aportes. A conselheira Vanilda pergunta se o Conselho Fiscal pode solicitar um curso de qualificação sobre economia para acompanhar os números de forma mais efetiva. O Presidente do Ipremb Renato diz que conseguiu fechar um curso, mas ainda não tem data definida. O Presidente do Cominv Rômulo informa que o Conselho Municipal de Previdência – CMP aprovou a prática da carteira administrada. O Comitê está analisando o melhor gestor para efetivar a ação. O Presidente do Ipremb Renato acrescenta que irá trabalhar com 2 (duas) ou 3 (três) casas para ter parâmetros de comparação e maior segurança. Próximo item de pauta: Relatório de Gestão. O Presidente do Ipremb Renato expõe um relatório com os números obtidos pelo Instituto no 1º (primeiro) semestre de 2017 e faz um comparativo com o mesmo período dos anos anteriores. Exibe a tabela referente à situação dos processos passíveis de Comprev – Compensação previdenciária entre os Regimes Próprios de Previdência Social e o Regime Geral de Previdência Social, gerido pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social. Comenta que há 971 (novecentos e setenta e um) processos em situação de análise, o número poderia ser maior, porém O INSS não realizou novas análises desde 2011. Segundo informações do próprio órgão, faltam funcionários para fazê-las. A conselheira Vanilda pergunta se há compensação do Município para o INSS. O Presidente do Ipremb Renato diz que sim, mas são poucos. Apresenta a tabela com os valores compensados acumulados entre janeiro e julho de 2017, um montante que gira em torno de R$1.412.000,00 (hum milhão, quatrocentos e doze mil reais). Monstra tabela e gráfico contendo número de atendimentos e atividades realizadas pelo Serviço Social. Ao todo foram realizados 936 (novecentos e trinta e seis) atendimentos entre acolhimento, oficinas, visita domiciliar, telefonemas, reuniões e outros. Informa que o Instituto não pode usar sua verba para prestação de serviços sociais que fogem a legislação. Assim foi acordada uma parceria com a Funarbe para contratação de professores e posterior cessão ao Ipremb para trabalhar com os aposentados e pensionistas aulas de canto, dança, pintura, bordados entre outros tipos. Acrescenta que o Serviço Social trabalha com projetos. Está sendo estudado um projeto que favorece o voluntariado, visando trabalhar com os aposentados outras modalidades como aulas de informática.

Continuando a explanação, mostra tabela e gráfico dos processos de aposentadoria abertos entre janeiro e agosto de 2017. Foram 413 (quatrocentos e treze) processos abertos, sendo 54 (cinquenta e quatro) provenientes do quadro setorial da Administração, 259 (duzentos e cinquenta e nove) da Educação, 99 (noventa e nove) da Saúde e 1 (um) da Câmara Municipal. O conselheiro Elias pergunta sobre o tempo de conclusão do processo. O Presidente do Ipremb Renato responde que se a documentação estiver correta leva-se em média 90 (noventa dias). Em casos de documentação pendente, verificação de acúmulo de cargos e outros há morosidade, e passa a depender da busca da regularização da pendência por parte do servidor requerente para a sua conclusão. Em seguida apresenta tabela e gráfico quantitativo de aposentadorias por cargo. Na Administração os maiores números foram registrados entre os Auxiliar de Administração, Guarda Patrimonial, Serviçal e Oficial Administrativo. Na Educação, Professor PI-L, Professor PII, Agente de Serviços Escolares e Pedagogo. Na Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Técnico de enfermagem e Enfermeiro. Mostra tabela e gráfico das aposentadorias efetivamente concedidas de janeiro a agosto de 2017. Total de 219 (duzentas e dezenove) aposentadorias, sendo o maior volume no quadro setorial da Educação. Apresenta tabela e gráfico dos tipos de aposentadoria discriminados por quadro setorial. Chama a atenção para o número de aposentadoria por invalidez no quadro setorial da Saúde. Comenta que muitas aposentadorias poderiam ser evitadas com a permissão da adequação de função. Comunica que foi firmada entre PMB e Ipremb a cessão de uma médica perita para análise das aposentadorias por invalidez. O conselheiro Elias pergunta se os aposentados podem retornar ao trabalho. O Presidente do Ipremb Renato esclarece que somente em casos de aposentadoria por invalidez, os demais casos seriam considerados desaposentação e não estão previstos em lei. Em seguida, apresenta tabela e gráfico dos valores gastos com folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas no período de janeiro a agosto de 2017. A folha passou de aproximadamente R$8.688.000,00 (oito milhões, seiscentos e oitenta e oito mil reais) em janeiro para aproximadamente R$9.527.000,00 (nove milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais) em agosto. Este expressivo aumento em 8 (oito) meses se deve principalmente ao PIA – Programa de Incentivo a Aposentadoria e à reforma da previdência. A tendência é aumentar ainda mais as despesas, devido ao concurso realizado em 1992, onde muitos concursados da época estão agora adquirindo o direito de aposentar. Mostra tabela e gráfico comparativos das despesas com folha de pagamento dos servidores ativos do Ipremb nos períodos de janeiro a agosto de 2016 e janeiro a agosto de 2017. Houve reestruturação do Instituto que possibilitou gerar

uma economia de aproximadamente R$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais) comparando os 2 (dois) períodos, mesmo com a criação de novos cargos e novas cessões. A conselheira Vanilda aproveita a fala para parabenizar o Instituto pela boa gestão. O Presidente do Ipremb Renato diz que os boatos envolvendo gastos excessivos com os servidores do Ipremb não procedem, pois os números apontam a economia com a folha de pagamento dos ativos. Os gastos com hora extra também diminuíram e não há saldo em banco de horas. Economia de aproximadamente R$11.000,00 (onze mil reais). O conselheiro Elias pergunta se há muitos servidores no Instituto. O Presidente do Ipremb Renato responde que o Instituto tem cerca de 3 (três) mil segurados, e um RH de 2 (duas) pessoas. Nas demais áreas o número de funcionários também é reduzido não atendendo a real demanda. Comunica que na reunião do CMP foi discutida e autorizada a contratação de uma empresa para realizar a avaliação de um imóvel para a sede do Ipremb, uma vez que o espaço físico não comporta a necessidade do instituto. Assim que possível os conselheiros serão informados sobre o possível imóvel, pois há um contrato de confiabilidade. As diárias de viagens também apresentaram economia tendo como um dos fatores a publicação da portaria que delimita os cursos de qualificação a região metropolitana de Belo Horizonte. Mostra, em seguida, tabela e gráfico com os valores recebidos através de repasses de contribuição patronal, contribuição do servidor, cedidos e licenças sem vencimento, repasse da PMB e parcelamentos. Comenta que houve renegociação da dívida que era impagável e desde então a PMB está em dia com suas obrigações. Hoje o Ipremb encontra-se superavitário em relação à folha de pagamento. Sobre a Carteira de Investimentos, apresenta gráfico que aponta que ao final do mês de julho de 2017 o Ipremb ultrapassou em 47,07% (quarenta e sete vírgula zero sete por cento) a meta atuarial. Apresenta também uma comparação do 1º (primeiro) semestre de 2014, 2015, 2016 e 2017, onde se observa que nos exercícios anteriores não houve alcance da meta, diferente de 2017 que teve a meta superada. No fechamento dos anos anteriores do mesmo modo não se atingiu a meta. A conselheira Vanilda pergunta quem determina o valor da meta. O Presidente do Ipremb Renato responde que a meta é determinada pelo cálculo atuarial que anualmente é enviado a Secretaria de Previdência. Comenta que a gestão é responsável e almeja a valorização do Instituto. Espera que os conselheiros sejam porta-vozes no que diz respeito ao Ipremb. Por fim, mostra a certificação de cada membro do Comitê de Investimentos. O Presidente do CF Manoel informa que os relatórios apresentados são pautas permanentes das reuniões mensais. Acrescenta que futuramente pretende alterar alguns pontos do Regimento Interno do Conselho Fiscal. Lembra que as reuniões

acontecerão na última terça-feira de cada mês, sempre às 14h. A Auditora Isabela comunica que somente no mês de dezembro a data será antecipada por ser um mês atípico. A senhora Helenice ressalta que não haverá convocações por documentos físicos, pois é dispendioso para o Ipremb. Acrescenta que a ata da reunião será enviada por e-mail para apreciação e a assinatura será colhida na reunião subsequente. A conselheira Andrea Costa solicita a convocação por e-mail constando a pauta do dia. O Presidente do CF Manoel diz que estudará a questão das convocações. O Presidente do Ipremb Renato ressalta que o Instituto não pode interferir nos assuntos do Conselho. Cabe ao Instituto apresentar os relatórios e responder as solicitações. O Presidente do CF Manoel sugere a criação de um grupo no aplicativo WhatsApp e sua criação fica a encargo da conselheira Vanilda. Encerra-se a reunião. Sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos presentes.

Manoel Lopes Gonçalves – titular representante dos servidores inativos e pensionistas e Presidente do CF

Greiciane Maria de Oliveira – suplente representante do Poder Executivo

Elias de Oliveira Junior – titular representante do Poder Executivo

Vanilda Correa de Souza Santiago – suplente representante do Poder Legislativo

Maria da Conceição Silva Pimenta – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE)

Andrea Deborah da Costa – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Andrea Costa Pereira Santos - suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Representantes do IPREMB

Renato Diniz Lanza – Presidente do Ipremb

Rômulo Ernane Batista Silva - Chefe de Divisão de Investimentos e Presidente do Comitê de Investimentos – Cominv

Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade

Isabela Lara Ferreira - Auditora e Controle Interno

Helenice Quaresma Silva – Servidora da Unidade de Auditoria e Controle Interno

Darlene Rocha Nunes Rodrigues - Secretária para o ato.